

Apresentação – Revista de Direito Constitucional Econômico 2022.2

É com grande honra que apresentamos a edição 2022.2 da *Revista de Direito Constitucional Econômico*. Nesta edição, reafirmamos o compromisso do Mestrado em Direito Constitucional Econômico da UNIALFA com a difusão de pesquisas jurídicas que abordam, de forma crítica e aprofundada, os desafios contemporâneos do Direito Constitucional, Econômico e suas interseções com áreas fundamentais como sustentabilidade, governança pública e direitos fundamentais.

Luís Renato Vedovato, em artigo intitulado *"A Convenção-Quadro sobre controle do uso do tabaco e o ordenamento jurídico brasileiro – omissões, hierarquia e competências"*, sustenta que a Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco tornou a Lei 9.294/96 incompatível com o preceito constitucional de proteção à saúde, previsto no artigo 196 da Constituição Federal, defendendo a proibição do fumo em ambientes fechados.

Agatha Lorrana de Oliveira Cardoso, em artigo intitulado *"A convergência entre a análise econômica do direito e a modulação dos efeitos das decisões proferidas pelo STF em matéria tributária"*, investiga a convergência entre a Análise Econômica do Direito (AED) e as justificativas adotadas pelo Supremo Tribunal Federal para a modulação de efeitos no julgamento do RE 574.706/PR, conhecido como a "Tese do Século".

Luciane Klein Vieira e Nathália Kovalski Cabral, em artigo intitulado *"Os reflexos da agenda ambiental brasileira no acordo de livre comércio entre o MERCOSUL e a União Europeia"*, analisam o Acordo de Livre Comércio entre o MERCOSUL e a União Europeia, levando em conta o desenvolvimento sustentável e os compromissos do Acordo de Paris sobre Mudanças Climáticas, desde as negociações até a fase atual de revisão e perspectivas de ratificação.

Mirla Regina da Silva, em artigo intitulado *"O planejamento na esfera pública e o ativismo judicial"*, enfatiza a necessidade de se cumprir efetivamente o artigo 174 da Constituição Federal, destacando a relevância do planejamento estatal como processo prioritário para o desenvolvimento socioeconômico do país.

Edson da Graça Francisco Macuácu e Rajú Roldão Lauter, em artigo intitulado *"Arbitragem no setor dos petróleo e gás em Moçambique"*, examinam aspectos críticos e desafiadores do uso da arbitragem como meio de solução de conflitos no setor de petróleo e gás em Moçambique.

Patricia Grazzotin Noschang, em artigo intitulado *"O controle de convencionalidade na América Latina: influências do Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos"*, apresenta a evolução do conceito de controle de convencionalidade e sua aplicação pela jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, destacando reflexos no ordenamento jurídico interno de Argentina, Chile e Brasil.

Saulo Stefanone Alle, em artigo intitulado *"Corte Interamericana de Direitos Humanos: desafio para além da jurisdição contenciosa obrigatória"*, discute a atuação da Corte Interamericana de Direitos Humanos, enfatizando a necessidade de um diálogo crítico permanente e afastando a perspectiva de sua efetividade como mera hierarquia superior.

Thyago Mello Moraes Gualberto, em artigo intitulado *"A uniformização de jurisprudência em sede das turmas recursais cíveis do Estado de Goiás envolvendo direito dos consumidores de energia elétrica"*, analisa casos de incidentes de uniformização de jurisprudência e incidentes de resolução de demandas repetitivas (IRDR), processados nas Turmas Recursais do Estado de Goiás, com foco em demandas relacionadas a interrupções prolongadas no fornecimento de energia elétrica e reparação por danos morais.

Ana Sávia Leocádio Corrêa, em artigo intitulado *"Precedentes Jurídicos no Poder Regulatório"*, visa demonstrar a possibilidade de implementar o instituto do precedente judicial como maneira de aperfeiçoamento do sistema e melhor controle do Estado sobre as condutas dos que estão sujeitos ao Direito

Os artigos desta edição refletem a pluralidade de temas que desafiam o cenário jurídico contemporâneo e evidenciam o papel essencial da pesquisa científica para o aprimoramento das práticas jurídicas e das políticas públicas. O Mestrado em Direito Constitucional Econômico da UNIALFA reafirma, assim, sua contribuição significativa para o fortalecimento do debate acadêmico e para a construção de soluções inovadoras para os problemas complexos de nosso tempo.

Desejamos a todos uma excelente leitura, repleta de reflexões críticas e inspiradoras, com vistas ao avanço do conhecimento jurídico e à promoção de uma sociedade mais justa e sustentável.

André de Carvalho Ramos

Coordenador do Mestrado em Direito Constitucional Econômico da UNIALFA (Alfa Educação)

Editor da Revista de Direito Econômico

Marina Faraco

Coordenadora Adjunta do Mestrado em Direito Constitucional Econômico da UNIALFA (Alfa Educação)

Editora da Revista de Direito Constitucional Econômico